



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

PARECER JURÍDICO nº 122/2025

Projeto de Lei nº 3.572/2025

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.572/2005, que institui o Estatuto da Desburocratização no Município de Ouro Fino/MG e dá outras providências.

Devidamente instruído, o projeto de lei fora remetido a esta Assessoria Jurídica, para emissão de parecer opinativo para verificação dos aspectos legais de tramitação.

Cumpre salientar, que a Consultoria Jurídica Legislativa emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, além do que, como é cediço, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.

É o que se relata.

Passa-se a análise jurídica.

A presente propositura visa instituir o Estatuto da Desburocratização no Município de Ouro Fino/MG, conforme justificativa a seguir transcrita:

“A proposta visa instituir no município de Ouro Fino o Estatuto da Desburocratização, inspirado na Lei Federal nº 13.726/2018, com o objetivo de racionalizar os atos administrativos e proporcionar maior agilidade, economia e respeito ao cidadão no acesso aos serviços públicos.

Com base nos princípios constitucionais da eficiência, legalidade e razoabilidade, busca-se simplificar procedimentos, eliminar exigências repetitivas, facilitar o trâmite de documentos e garantir mais transparência nas relações entre a Administração Pública e o cidadão.

O projeto não cria cargos ou estruturas administrativas, tampouco interfere na organização do Executivo, limitando-se a estabelecer diretrizes gerais e programáticas. Encontra amparo na Constituição Federal (art. 30, I e art. 37 caput), na jurisprudência do STF e do TJSP, e nas boas práticas já adotadas por diversos municípios brasileiros”.
(...)



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

Inicialmente, cumpre esclarecer que cabe ao Município legislar sobre matéria de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, conforme preceitua o artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

O artigo 7º da Lei Orgânica Municipal dispõe em seu *caput*:

Art. 7º - O Município garantirá a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, mencionados na Constituição da República e na Constituição do Estado, bem como daqueles constantes dos tratados e convenções internacionais firmados pela República Federativa do Brasil.

Assim, a propositura coaduna-se com a legislação vigente, bem como com a competência municipal constitucionalmente prevista, eis que a matéria em análise é de competência municipal, versando sobre tema de interesse local.

Dessa maneira, ao dispor de assunto de interesse local, sem criar despesas ao Poder Executivo e sem incidir em matéria estritamente administrativa afeta ao Poder Executivo na qualidade de atos de gestão ou de governo, não se vislumbra irregularidade na iniciativa parlamentar, descabendo falar em vício de iniciativa.

À luz do Tema 917 da Repercussão Geral, o C. Supremo Tribunal Federal expressamente consignou a tese de que:

Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (arts. 61, §1º, II, 'a', 'c', e 'e', da CF).

Da leitura do julgado supramencionado, temos que a propositura não cria cargos; não interfere na reestruturação de órgãos; não impõe aumento imediato de despesas obrigatórias ao Executivo e não interfere na organização interna da Prefeitura.



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

Assim, com relação à iniciativa da proposição, temos que foi regularmente proposta pelos Vereadores, obedecendo ao disposto no art. 50 da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

"Art. 50 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica".

Portanto, não se verificam ilegalidades ou constitucionalidades no projeto apresentado, de modo que o projeto de lei poderá seguir sua tramitação regular.

Ressalta-se que todo o exposto se trata de um parecer de caráter técnico-opinativo, ou seja, que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação do Projeto de Lei analisado. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador. (Mandado de Segurança nº 24.584- 1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

A Assessoria Jurídica da Câmara se abstém de proferir juízo de valor com relação ao mérito da proposição, bem como as razões que levaram à sua propositura, vez que isso excede sua competência institucional.

Por todo o exposto, a Assessoria Jurídica Legislativa conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.572/2025, não vislumbrando qualquer óbice para a aprovação na forma proposta, ressaltando que a decisão final e a competência exclusiva para análise do mérito são do soberano Plenário desta Casa Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

Por fim, o projeto de lei em análise deverá ser analisado pela Comissão Permanente de Legislação, Justiça, Finanças e Redação Final.

Ouro Fino/MG, 17 de julho de 2025.

JL *J*
JOÃO LUIZ BENTES DE OLIVEIRA JÚNIOR

ASSESSOR JURÍDICO